



O Militante



BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Conferência dos P.C. dos países capitalistas da Europa

INTERVENÇÃO DE A. CUNHAL

Camaradas:

A actual situação nos países capitalistas da Europa dá particular relevo a esta Conferência.

É certo que não é idêntica a situação nos nossos países. São diversos os problemas que cada um dos nossos partidos defronta. Existem ademais contrastes de opinião, que se não podem atribuir a determinantes de carácter objectivo. Tudo isso não pode deixar de criar dificuldades, quando se trata de definir posições comuns.

Apesar porém destas dificuldades, havia

razões para a realização desta Conferência. Existem numerosos problemas específicos da Europa capitalista, de interesse comum dos nossos partidos. Era urgente o exame conjunto desses problemas, com vistas à elaboração duma resposta comum à política dos governos dos monopólios e à tomada de iniciativas, com objectivos concretos, capazes de interessar amplas massas à escala da Europa capitalista.

Devemos esforçar-nos para que esses objectivos sejam alcançados.

1. A situação internacional e o desanuiamento na Europa

A nossa Conferência realiza-se numa altura em que se verificam importantes modificações na situação internacional, designadamente na Europa, caracterizadas pelo desanuiamento e por progressos na coexistência pacífica entre Estados de sistema social diferente.

Esta evolução deve-se à mudança favorável da correlação mundial de forças, determinada pela crise do imperialismo que se agrava dia a dia, pelas realizações da URSS e outros países socialistas, pelas vitórias do movimento de libertação nacional e pelo desenvolvimento do movimento operário nos países capitalistas. A consequente política de paz da URSS e da comunidade socialista constitui um factor de primeiro plano dos progressos realizados.

Para que estas modificações se consolidem e acentuem é porém ainda indispensável a acção tenaz das forças da paz e do progresso social. A natureza agressiva do imperialismo não se modifica. No Vietname do Sul, no Camboja, no Médio Oriente, na África Aus-

tral, permanecem focos de tensão, de agressão e de guerra. O apoio dado às ditaduras fascistas, o caso do Chile e o estabelecimento de ditaduras reaccionárias noutros países da América Latina confirmam a determinação do imperialismo, e em primeiro lugar do imperialismo americano, de contrariar por todos os meios a luta libertadora dos povos. As forças do progresso social estão porém em condições, se unidas, para simultaneamente fazerem avançar o processo revolucionário e acentuarem a evolução no sentido do desanuiamento e da paz.

O Partido Comunista Português considera que a nova situação internacional, designadamente o desanuiamento na Europa, cria condições favoráveis à luta dos trabalhadores e dos povos, à luta do povo português.

O clima de guerra fria aproveitou largamente ao governo fascista e colonialista. Integrado na OTAN, dócil peão dos círculos mais agressivos do imperialismo, cedendo o território português para a instalação de bases militares estrangeiras, afirmando que



em África defende a Europa contra a ameaça de cerco comunista vinda do sul, o governo fascista, em troca, recebeu e recebe ainda ajuda em armas, em créditos, em apoios diplomáticos, sem a qual, nem poderia prosseguir três guerras coloniais, nem abafar por longo tempo a vontade de libertação do povo português.

O novo clima internacional na Europa, a acentuar-se, tornará, por um lado, mais difícil para os governos capitalistas da Europa, que defrontam uma poderosa opinião democrática nos próprios países, prestarem-lhe, como até agora, a ajuda de que ele imperiosamente necessita. E tornará possível, por outro lado, o alargamento a novos sectores, incluindo sectores de governo, do movimento de solidariedade à luta do povo português e dos povos das colónias portuguesas.

A realização da Conferência europeia sobre os problemas de segurança representa um acontecimento da maior importância na evolução da situação europeia e internacional.

Durante muito tempo, o governo português bramou contra os projectos da Conferência acusando-a de ser uma «armadilha soviética». Desmascarando essa política de provocação internacional ao serviço do imperialismo, o nosso Partido, desde a primeira hora, defendeu a necessidade de obrigar o governo português a participar na Conferência e a subscrever e a cumprir os acordos favoráveis à paz que nela sejam acordados.

Consideramos como um fracasso da política fascista, como uma expressão dos progressos das forças do socialismo, da democracia e da paz, o facto de que o governo português acabou por ter de se decidir a participar na Conferência. Essa participação não facilitará, antes criará novas dificuldades, ao prosseguimento da sua política fascista e colonialista.

Não se devem confundir relações ou negociações entre Estados de sistemas sociais diferentes com a recíproca aprovação da política dos mesmos. O governo português, sendo admitido na ONU, não conseguiu no mínimo alargar os seus apoios externos. Ao contrário. Precisamente na ONU, a política fascista e colonialista é desmascarada e condenada cada dia e o isolamento político do governo de Lisboa se acentua. Não vemos por que situação semelhante não possa vir a criar-se com a participação do governo de Lisboa em foruns europeus.

A coexistência pacífica nada tem a ver com qualquer pretensão reconhecimento do status-quo social e político no mundo, ou seja, com

um acordo ou um consenso, segundo o qual não seriam de admitir, nem contra-revoluções a leste, nem revoluções a oeste. A coexistência pacífica não entrava a nossa luta revolucionária. E, pela nossa parte, estamos certos e tranquilos. A tendência irreprimível para as relações entre estados com sistemas sociais diferentes nada alterará no facto de que o povo português continuará a contar com a solidariedade activa da URSS e demais países que se libertaram da exploração do capital.

Um importante e imediato reflexo da nova situação na Europa é a progressiva quebra do isolamento do exterior a que o povo português esteve condenado durante dezenas de anos. O alargamento de relações e contactos internacionais, incluindo com os países socialistas, começam já a romper tal isolamento, com visíveis benefícios para o desenvolvimento da luta do nosso povo.

Certos círculos do imperialismo europeu procuram ainda cortar o caminho do desanuviamiento e da segurança e temos de lamentar que sejam nisso apoiados, contra os povos da Europa, pela intriga da diplomacia chinesa. Tendem a sabotar a realização da Conferência europeia pondo condições prévias. Elaboram projectos de renovação da OTAN e da conversão do Mercado Comum em suporte duma nova aliança político-militar contra os países socialistas. Põem em causa resultados já alcançados nas relações entre os Estados. E esforçam-se por reacender, com uma frenética, provocatória e orquestrada campanha antisoviética, o clima de guerra fria.

Os objectivos de tal campanha são certamente variados: denegrir o ideal dos comunistas perante as massas, afastar estas da luta pelo socialismo, afectar a influência dos partidos comunistas, abrir brechas entre estes e os países socialistas. Na conjuntura actual, essa campanha tem porém como uma das principais finalidades comprometer o curso para o desanuviamiento e a segurança na Europa.

Na luta para confirmar os resultados alcançados, na luta contra a formação dum renovado bloco militar agressivo na Europa ocidental, na luta contra a OTAN, pela liquidação das bases militares em território estrangeiro e pela redução dos armamentos, na luta contra o antisovietismo, os nossos partidos estão interessados numa intensa acção comum. O PCP, pela sua parte, está pronto a participar em quaisquer iniciativas com tais objectivos.



2. O Mercado Comum *instrumento de dominação monopolista*

A crise geral do capitalismo abala profundamente a Europa, a Europa altamente industrializada e desenvolvida, à qual cabe um terço da produção industrial, metade das exportações e mais de metade das reservas de ouro e divisas do mundo capitalista.

A extrema irregularidade e súbitas quebras do ritmo de desenvolvimento, a inflação, a crise monetária, que conhece cada dia novos sobressaltos, as vagas de especulação, os prenúncios de guerra comercial, a súbita crise da energia, fazem tremer o edifício capitalista. Tal como o aprendiz do feiticeiro, o capitalismo monopolista já não é capaz de dominar a máquina de exploração que ele próprio criou.

Limitada a esfera de acção do imperialismo pelas revoluções socialistas e pela libertação de numerosos países, que se encaminham no sentido do desenvolvimento e da independência económica, intensifica-se a exploração e agravam-se as contradições e as lutas de classe dentro de cada país, as contradições entre os vários países, a concorrência entre os países capitalistas da Europa e o imperialismo norte-americano, ao qual aqueles estão entretanto largamente enfeudados.

O processo de integração económica europeia é um produto e um factor do desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado e da internacionalização do capital. Apesar de roído pelos conflitos de interesses que opõem os seus componentes, representa a associação dos grandes grupos monopolistas dos países industriais mais desenvolvidos, visando a concorrência no mercado mundial, a absorção ou domínio dos concorrentes mais fracos, a exploração dos recursos e da mão-de-obra de países mais atrasados, o alargamento do campo de investimentos. Esta política torna-se ainda mais ávida e egoísta, da parte de todos e de cada qual, com a crise que se agrava nos países mais desenvolvidos.

O processo e a política de integração europeia atingem directamente Portugal, que, sendo o país mais atrasado da Europa, é entretanto dominado e governado por grupos monopolistas associados aos monopólios internacionais. Afrouxa o ritmo de desenvolvimento. Os déficits da balança comercial correspondem a cerca de metade das despesas do Estado. A inflação atinge o ritmo mais elevado no continente. A situação geral degrada-se com o custo das guerras coloniais que absorvem mais de 40% das receitas do Estado.

Os monopólios e o seu governo fascista procuram sair das dificuldades, apressar os investimentos, pagar a guerra, ganhar capacidade competitiva nos mercados internacionais, à custa das massas populares e dos interesses da nação portuguesa. Congelam os salários. Intensificam os ritmos de trabalho. Apressam a ruína do campesinato. Multiplicam os impostos, num sistema cujas características degressivas se acentuam. Apressam a centralização e a concentração. Submetem de forma crescente a economia portuguesa ao imperialismo estrangeiro.

A integração económica europeia aparece como um factor do agravamento do atraso relativo e da dependência económica de Portugal. Ontem na Zona dos Sete, hoje com acordos subscritos com o Mercado Comum, é esse o destino a que o governo fascista quer condenar o nosso país.

O Partido Comunista Português pronuncia-se firmemente contra uma tal política. Somos contra uma divisão internacional do trabalho que signifique condenar o nosso país a ter uma indústria subsidiária do imperialismo estrangeiro, uma indústria baseada sobretudo na utilização de mão-de-obra barata e na realização de operações parcelares não qualificadas. Somos contra uma política que entregue os recursos portugueses aos monopólios internacionais e que comprometa o futuro desenvolvimento económico independente do nosso país.

Tal como outros partidos irmãos, consideramos necessário opôr a acção concertada dos trabalhadores dos vários países à exploração capitalista e à política dos monopólios. Consideramos de interesse tal acção nas firmas multinacionais e nas estruturas da CEE, acção compatível com a adopção, em cada país, das consignas, métodos e formas adequados aos seus problemas específicos. Para nós está claro que a natureza e a política do Mercado Comum não se podem modificar através da democratização formal das suas instituições, mas apenas através da substituição do poder dos monopólios pelo poder da classe operária e seus aliados nos países participantes. Só então o processo de integração e a divisão internacional do trabalho, inevitáveis e necessárias numa época em que a revolução científico-técnica acentua a internacionalização de toda a vida social, deixarão de servir o capital e poderão servir os trabalhadores e os povos.



Em Portugal, uma política de progresso social é inseparável da luta pela verdadeira independência nacional.

Duma forma ou doutra, o mesmo problema se coloca noutros países. Independência em relação ao imperialismo norte-americano. Independência em relação à acção tentacular dos monopólios multinacionais, protegidos pelos governos dos respectivos acionistas. Independência dos países economicamente

mais débeis em relação aos países imperialistas mais poderosos. Não há independência da Europa sem a independência dos países que a compõem.

Uma política de independência é inseparável da libertação do poder dos monopólios e de transformações sociais profundas em cada país, que a classe operária aliada às classes e camadas não-monopolistas está em condições de levar a bom termo.

3. O problema da emigração

No contexto do capitalismo monopolista de Estado e da hegemonia do Mercado Comum na Europa capitalista, insere-se o problema da emigração, que ganhou enorme importância na vida económica e social de numerosos países.

As migrações massivas de trabalhadores, expressão da desigualdade do desenvolvimento do capitalismo, deixaram há muito de ser um fenómeno espontâneo. A importação de mão-de-obra não qualificada é parte integrante da «planificação» e da política de desenvolvimento dos países industriais desenvolvidos.

Em Portugal, país exportador de mão-de-obra, o problema adquire aspectos particularmente graves. Cerca de 1.250.000 trabalhadores emigraram de 1961 a 1972. O número de emigrados excede o saldo fisiológico, registando Portugal, de 1960 para 1970, um decréscimo demográfico.

Em sentido inverso, os monopólios começam a importar mão-de-obra, fazendo vir para Portugal dezenas de milhar de trabalhadores africanos (particularmente de Cabo Verde), forçados a aceitar condições de trabalho e de vida ainda mais duras que as dos trabalhadores portugueses.

A emigração torna-se assim no nosso país um grande problema nacional. É o problema do presente de miséria e de guerra colonial a que o fascismo condena o nosso povo. E insere-se no problema do futuro, do desenvolvimento e da independência económica de Portugal.

Os fascistas descobrem agora que Portugal não tem aptidão industrial nem aptidão agrícola. A sua «aptidão» seria a de «prestar serviços», a de ser uma economia apendicular, submissa e dependente dos grandes monopólios estrangeiros. A exportação de mão-de-obra faria parte dessa «aptidão nacional».

Opondo-se firmemente a tais concepções e a tal política, o nosso Partido luta para libertar Portugal do atraso secular e da submissão ao imperialismo. Lutamos para que não sejam os trabalhadores portugueses e o atraso geral do nosso país a pagarem a solução de pro-

blemas de desenvolvimento de outros países imperialistas. Lutamos, para que o nosso país não seja um fornecedor de trabalhadores, a países onde vão exercer as profissões menos qualificadas, as mais sujas, mais insalubres, mais perigosas, e onde são despedidos e postos na fronteira em períodos de recessão. Desmascaramos os contratos de fornecimento de mão-de-obra que o governo fascista assina com governos estrangeiros, contratos que tornam os governos do capitalismo monopolista de Estado dignos do título de traficantes de escravos dos nossos dias.

Para o Portugal libertado da tirania fascista e do domínio monopolista, defendemos uma política de desenvolvimento que diminua progressivamente a distância que o separa dos países desenvolvidos, que permita a rápida elevação do nível de vida, que conduza ao estancamento dessa hemorragia da nossa melhor força de trabalho, o regresso voluntário dos emigrados, ao interesse e entusiasmo dos trabalhadores portugueses na construção duma vida melhor, livre e independente na sua própria pátria.

Nessa transformação política, o milhão de emigrados portugueses na Europa tem também um papel a desempenhar. O nosso Partido considera sua tarefa ganhá-los para a causa da liberdade, da independência nacional, da paz e do socialismo em Portugal.

Quanto aos problemas imediatos impõe-se lutar pelo melhoramento da sua situação, por salário igual a trabalho igual, para que seja posto fim às discriminações profissionais, para que lhes sejam garantidos alojamentos condignos, para que beneficiem dos direitos sociais. Por esses objectivos lutamos no que respeita aos trabalhadores africanos em Portugal. No que respeita aos emigrados portugueses, expressamos alto apreço pelas actividades dos partidos irmãos e de organizações sindicais em defesa dos seus interesses.

Em torno dos problemas criados pela emigração em massa de trabalhadores, manifesta-se diariamente a solidariedade de classe, o internacionalismo proletário. O nosso Partido

indica aos emigrados portugueses a necessidade e o dever de lutarem lado a lado com a classe operária dos países onde se encontram

e está sempre pronto a examinar com os partidos irmãos todos os aspectos de interesse comum de tão magno problema.

4. A luta contra o fascismo

A política dos governos dos monopólios en-
contra pela frente a luta crescente dos
trabalhadores e das forças democráticas.

Como resposta, em diversos países se
acentuam medidas de repressão, tendências
autoritárias, actividades e provocações fascis-
tas e fascizantes.

A existência de três ditaduras fascistas na
Europa merece particular atenção. Algumas
palavras sobre aquela que existe em Portugal.

Cinco anos atrás, quando do desapareci-
mento de Salazar e da formação do governo
de Marcelo Caetano, falou-se muito numa
pretensa «liberalização» do regime. O gover-
no não passou entretanto de declarações e
medidas demagógicas. Nem mudou a natureza
do regime, nem mudou nada de essencial da
sua política. Continua como dantes a recusa
das liberdades mais elementares. Continuam a
repressão e a guerra colonial.

Entretanto, três traços da situação actual
interessa sublinhar: O agravamento das con-
tra-dições e dificuldades do regime. O seu
crescente isolamento internacional. O ascenso
da luta popular.

Com efeito, piora a situação económica.
Agudizam-se a concorrência e os conflitos
entre os diversos grupos monopolistas. Aumen-
ta o isolamento interno do regime. Mani-
festam-se divergências, divisões e defeições
no próprio campo fascista. Embora lenta e he-
sitante, a Igreja, apoio tradicional do regime,
começa a procurar distanciar-se dos aspectos
mais odiosos do fascismo e do colonialismo.
As guerras coloniais queimam os escassos re-
cursos humanos e materiais do país e provo-
cam uma cada vez mais ampla e vigorosa con-
denação tanto em Portugal como no estran-
geiro. Aumentam as dificuldades nas relações
com vários países capitalistas europeus.

O movimento democrático, de carácter uni-
tário, conhece um notável revigoreamento.
Nele participam todos os agrupamentos e
sectores políticos antifascistas (comunistas,
socialistas, católicos progressistas e outros).
A grande campanha política de massas, que
teve lugar no mês de Outubro e em que par-
ticiparam muitas centenas de milhares de por-
tugueses, confirmou que o movimento anti-
fascista é uma força com ampla base popular
e solidamente implantada na vida política por-
tuguesa, apesar dos esforços do fascismo para
a abafar e destruir.

As greves nos últimos meses; o movimento
sindical que se desenvolve no próprio seio

dos sindicatos fascistas; os movimentos da
juventude trabalhadora e estudantil; a luta
contra a guerra colonial; o movimento de mu-
lheres; os movimentos democráticos autóno-
mos com objectivos concretos de acção
(contra a repressão, pela liberdade de expres-
são, pela segurança europeia e outros); —
acusam um considerável reforço da organiza-
ção e um amplo desenvolvimento da luta po-
pular.

Esta situação obriga o governo a manobrar,
graduando a repressão e a demagogia. Uma
coisa porém é certa. Os fascistas não assina-
rão a sua própria sentença de morte política,
concedendo as liberdades democráticas. A
libertação do povo português terá de ser a
sua própria obra.

Na vanguarda do movimento antifascista, o
nosso Partido não poupa nem poupará esfor-
ços e sacrifícios para reforçar a larga frente
unitária já existente, para intensificar e elevar
a um nível superior as lutas das massas popu-
lares, para conduzir o povo português à con-
quista da liberdade.

Camaradas:

No nosso entender, nem sempre a situação
em Portugal é justamente avaliada.

O fascismo não é um fenómeno do passa-
do. Onde quer que o movimento operário
e popular avance ao ponto de ameaçar direc-
tamente o sistema capitalista, impõe-se uma
extrema vigilância contra os perigos do fas-
cismo. A luta pela liquidação das ditaduras
fascistas existentes é do interesse de todos
os povos.

Por outro lado, o fascismo português cons-
titui uma base, não desprezível, da reacção e
da agressão imperialista. Ainda recentemente,
num momento crítico no Próximo Oriente,
foi graças à base aérea dos Açores que o
Pentágono assegurou o fornecimento de armas
aos anexionistas de Israel.

Finalmente, as dificuldades da ditadura por-
tuguesa são grandes, e a luta do povo por-
tuguês progride. O fim da ditadura fascista em
Portugal teria repercussões na carta política
da Europa capitalista.

De tudo isto, a importância da solidariedade
internacional. Importância para a luta do povo
português. E, a nosso ver, também para a
luta dos outros povos europeus.

Em alguns países melhorou visivelmente a
informação acerca da situação portuguesa,



sendo de destacar a esse respeito a acção dos partidos irmãos. A luta do povo português nem sempre encontra porém um eco que lhe corresponda.

Além disso, a solidariedade tem tomado o predominante aspecto de solidariedade para com as vítimas da repressão. Tal solidariedade continua sem dúvida a ser necessária, pois as brutalidades fascistas, as prisões, as torturas, as pesadas condenações, são o dia a dia da realidade portuguesa. Entretanto, a situação torna necessário um outro tipo de solidariedade: os protestos contra a política do governo de Caetano, a pressão sobre os governos dos países capitalistas da Europa para que cessem a ajuda ao fascismo e ao colonialismo português.

Existe actualmente uma grande receptivi-

dade aos problemas portugueses na opinião europeia. As características unitárias do movimento democrático em Portugal, a unidade de comunistas, socialistas e católicos progressistas portugueses, facilita em muitos países europeus acções unitárias de solidariedade para com o nosso povo.

Essa receptividade reforça-se pelo facto de que o regime defronta também a luta dos povos submetidos ao colonialismo português, aos quais move uma guerra cujos horrores indignam o mundo.

Esta última consideração conduz-nos a um outro problema, que na situação política portuguesa é um problema central, mas reveste também importância em toda a Europa capitalista: o colonialismo e o neo-colonialismo.

5. A questão colonial

No ocidente da Europa concentram-se países imperialistas dos mais poderosos do mundo, países governados por uma burguesia com longa tradição e experiência de rapace exploração e cruel opressão dos povos dos outros continentes. A derrocada do colonialismo representou um profundo golpe no imperialismo europeu. Mas nem o colonialismo foi ainda completamente extirpado da terra, nem os países imperialistas desistiram de encontrar novas formas de dominação de outros povos.

No que respeita a Portugal, os grupos monopolistas continuam a dominar imensos territórios nas formas colonialistas tradicionais e, para tentarem abafar a justa luta dos povos respectivos, conduzem há anos três guerras coloniais, com o seu cortejo de massacres, de bombardeamentos a napalm, de campos de concentração, de torturas e mutilações bestiais dos prisioneiros.

Nós, comunistas portugueses, consideramos estreitamente solidárias a luta do povo português e a luta desses povos irmãos. Consideramos nosso dever sagrado a luta contra a guerra colonial, a luta para pôr fim ao colonialismo português, a luta para que seja reconhecido aos povos das colónias portuguesas o direito à completa e imediata independência. A nossa atitude é simultaneamente internacionalista e patriótica, porque é bem certo, e o caso português o mostra literalmente, que não pode ser livre um povo que oprime outros povos.

A política do nosso partido é largamente seguida pelos trabalhadores, a juventude, as forças democráticas. Desenvolve-se um amplo movimento político contra a guerra. Recusando-se a ir para África, mais de 100.000 jovens desertaram ou não compareceram à inspecção e emigraram clandestinamente desde 1961. Nos quartéis multiplicam-se acções de resis-

tência. O aparelho militar colonialista deixou de ser intocável no próprio solo português.

Incapazes de esmagar pelas armas a luta de libertação dos povos africanos e de abafar com a repressão a resistência do povo português contra a guerra, os colonialistas começam activamente a preparação, designadamente em Moçambique e Angola, duma segunda linha de defesa, uma pseudo «solução política», que sacrificasse de facto os movimentos de libertação nacional. Aqui prevenimos contra uma tal manobra, em plena gestação. Ela constitui um perigo real e é necessário desmascará-la prontamente.

Os dirigentes dos movimentos de libertação nacional numerosas vezes têm afirmado que a sua luta é contra os colonialistas e não contra o povo português. Essa sua mensagem é ouvida e compreendida pelo nosso povo. Pela nossa parte, daqui nos dirigimos aos povos da Guiné Bissau, de Moçambique e Angola, aos partidos revolucionários que dirigem a sua luta libertadora (o PAIGC, a FRELIMO, o MPLA), aos seus heróicos dirigentes, aos outros povos ainda submetidos ao colonialismo português e a todos queremos uma vez mais assegurar: os comunistas e o povo de Portugal estão convosco! A nossa luta contra a guerra colonial e o colonialismo só terminará, quando puderdes finalmente construir o futuro das vossas pátrias, livres e independentes!

Camaradas:

Se Portugal, é o país mais pobre e atrasado da Europa, conserva ainda um império colonial e conduz a guerra em África para tentar mantê-lo, isto sucede porque o governo português conta com a ajuda dos grandes países imperialistas da Europa — duma França, duma Grã-

Bretanha, duma República Federal Alemã, — além dos Estados Unidos, países que, em contrapartida, utilizando o gendarme português, exploram as riquezas e os povos desses territórios.

Essa é porém uma pequena parte da exploração que o imperialismo oeste-europeu leva a cabo nos outros continentes. O capitalismo europeu tem ainda um grosso ventre e dentes bem aguçados.

A política neocolonialista deve ser firmemente combatida. Há que desmascarar também o alcance e objectivos da chamada «ajuda aos países subdesenvolvidos» hoje tão apregoados pelos representantes dos monopólios. Enquanto estiver no poder a burguesia monopolista, esta procurará que tal «ajuda» seja

sempre um instrumento de exploração e submissão de povos mais atrasados.

O proletariado da Europa capitalista tem particulares deveres de solidariedade para com os povos explorados pelo imperialismo europeu. O mais importante em cada país é a luta contra a política colonialista e neocolonialista da burguesia dominante. Mas acções internacionais podem ter grandes repercussões.

Pela sua parte, o Partido Comunista Português está pronto a participar em iniciativas comuns de solidariedade para com os povos vítimas da exploração, dominação e agressão imperialista, designadamente para com os povos da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, que fazem corajosamente frente à odiosa guerra que lhes move o colonialismo português.

6. A luta pelo socialismo

A razão de ser dos nossos partidos e a sua tarefa histórica é conduzir a classe operária e seus aliados à revolução socialista.

Dadas as diferenças das condições nacionais específicas, resultarão inevitavelmente diferenças na via para a conquista do poder e nas soluções para a construção da nova sociedade. Comprovando a previsão de Lênine, cada revolução socialista que triunfou no mundo teve as suas particularidades e originalidades. O mesmo acontecerá de futuro com cada nova revolução.

Em nenhum dos nossos países se repetirá a situação em que teve lugar qualquer das catorze revoluções socialistas até hoje vitoriosas. Para nenhum dos nossos partidos se trata de copiar qualquer delas. As revoluções não se copiam nem se imitam. Não existe hoje um «modelo» de socialismo, como tão pouco haverá um «modelo» de socialismo europeu-occidental. Na Europa ocidental, como nas outras partes do mundo, em cada país o socialismo apresentará soluções originais, produto da actividade criadora das massas e da sua vanguarda revolucionária.

Saudaremos amanhã com infinita alegria «o socialismo com as cores da França», o socialismo tal como será construído em Itália, o socialismo que acabará por triunfar em cada um dos países aqui representados. No que respeita a Portugal, não é por acaso que a bandeira do nosso Partido, a bandeira vermelha com a foice e o martelo, tem (segundo os Estatutos) presas duas fitas com as cores nacionais portuguesas. Também em Portugal as condições concretas do país e o processo revolucionário imprimirão ao socialismo particularidades nacionais.

É pois não só legítimo como necessário que cada partido procure, de forma criadora e com independência, o caminho que conduzirá ao

socialismo e as soluções aos problemas que defronta nas condições específicas do seu país.

Entretanto, cada partido só poderá conseguir encontrar com êxito esse caminho e essas soluções, se tiver em conta as experiências históricas da Revolução de Outubro e das outras revoluções socialistas e se não esquecer os traços fundamentais, gerais e universais da revolução socialista.

A conquista do poder político pelos trabalhadores sob a direcção da classe operária e o estabelecimento da propriedade social dos meios de produção são transformações essenciais, embora realizáveis em processos e formas diversas, sem as quais não há socialismo. Essencial também a substituição do Estado da burguesia pelo Estado dos trabalhadores. Desde a Comuna de Paris até acontecimentos recentes, a experiência histórica ensina que, para o triunfo do socialismo, não basta chegar ao poder. É também indispensável saber defendê-lo e consolidá-lo. As formas de fazê-lo em cada caso não dependem apenas do prévio desejo da classe operária e seus aliados, mas do grau, das formas, dos métodos, da agudeza da resistência interna e externa das classes exploradoras derrotadas.

As ideias do socialismo na Europa ganham amplas massas. Em cada país, isso deve-se aos próprios ensinamentos que dá às massas a exploração capitalista, à acção do partido comunista respectivo e também em parte considerável ao exemplo vivo do socialismo tal como existe, ao seu poder de atracção para todos os explorados e oprimidos, para todos quantos anseiam a justiça social.

Precisamente para afastar as massas da luta pelo socialismo, a propaganda imperialista desenvolve sistematicamente uma campanha de denegrimiento da realidade nos países socialistas e em primeiro lugar na União Soviética, o país onde existe a sociedade mais avan-



cada e progressista e que é a maior fortaleza dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo. Chega a ser irrisório ouvir aqueles que nos próprios países negam as liberdades mais elementares (e é o caso dos fascistas portugueses) reclamarem as liberdades nos países socialistas, as liberdades (entenda-se) para os elementos e activistas antisocialistas. Alguns dos nossos aliados navegam infelizmente nas mesmas águas e chegam a sugerir que o nosso Partido faça o mesmo. Ignoramos naturalmente tal diligência. Se se opusesse o socialismo por que lutamos ao socialismo tal como existe, se se afirmasse que o socialismo real « não nos serve », facilitar-se-ia a campanha do ini-

migo de classe, soevar-se-ia uma das bases principais da própria influência, contribuir-se-ia para afastar as massas da luta pelo socialismo. O socialismo em Portugal, em muitas particularidades, não será de certeza igual ao que actualmente existe nos países socialistas. Mas o que existe nestes « serviria », e serviria « bem », os trabalhadores e as massas populares de Portugal.

Consideramos parte inseparável da nossa luta pelo socialismo, dar a conhecer as experiências e realizações dos países socialistas e reforçar a amizade e a solidariedade para com os países socialistas, para com a classe operária e os partidos irmãos de todos os países.

7. O movimento comunista internacional

Esta Conferência insere-se no quadro do nosso grande movimento comunista internacional, cuja universalidade e indivisibilidade resultam da identidade de interesses e aspirações da classe operária e das massas trabalhadoras de todos os países e continentes. O progresso do nosso movimento depende em larga medida do reforço da sua unidade de acção e da sua coesão ideológica, na base do marxismo-leninismo, do internacionalismo proletário.

Ao chegarmos nesta Conferência a acordos para a acção comum em relação a problemas do âmbito dos países capitalistas da Europa, devemos estar prontos a examinar, com todos os partidos irmãos dos países socialistas da Europa, os problemas de toda a Europa, e com todos os partidos irmãos os problemas de âmbito mundial. Vai sendo tempo de avançar a troca de ideias a esse respeito.

A amizade e a cooperação entre os nossos partidos (que estamos certos) sairão reforçadas desta Conferência, não se podem separar do reforço da amizade e cooperação com os

partidos irmãos dos outros países. Por isso, aqui lembramos e daqui saudamos os nossos irmãos de combate que, nas condições mais diversas, uns no poder, outros legais ou clandestinos, por vezes agindo em muito difíceis condições, conduzem a luta pela grande causa do comunismo.

São concordantes as opiniões dos nossos partidos acerca da necessidade de unir as forças democráticas, progressistas e pacíficas na luta em defesa dos interesses dos trabalhadores, na luta por transformações democráticas profundas nesta parte da Europa em que vivemos, trabalhamos e lutamos.

O Partido Comunista Português pela sua parte, actua e actuará unido às outras forças antifascistas portuguesas para que tais transformações tenham lugar em Portugal.

Está, ao mesmo tempo, pronto a participar, e a trabalhar para que participem outras forças políticas portuguesas, em iniciativas unitárias internacionais com os objectivos de acção comum definidos nesta Conferência.

Colóquio dos PC dos países capitalistas da Europa

SOBRE FORMAS NOVAS DE LUTA POPULAR

(INTERVENÇÃO DE PEDRO SOARES)

O marxismo-leninismo oferece aos partidos da classe operária a base teórica fundamental para que eles desenvolvam a sua actividade revolucionária em estreita ligação com as massas e na base da realidade concreta nas suas contínuas mutações. Na vida das sociedades humanas, como na natureza, não há lugar para posições de imobilismo.

Cada dia, em cada instante, mesmo quando a luta não toma formas de conflito revolucionário, as massas populares realizam a sua tarefa de artífices da História.

Se nós reunirmos a nossa experiência para daí tirar conclusões válidas para o prosseguimento da nossa luta comum, demonstramos também o carácter internacionalista do nosso

combate, agimos no sentido de reforçar de maneira concreta a colaboração e os laços que unem os partidos comunistas irmãos.

Este alargamento de experiências repercutir-se-á no desenvolvimento da luta das massas laboriosas de cada um dos nossos países.

Vivemos um período de grandes lutas da classe operária e das massas laboriosas dos países capitalistas. Elas tomam cada vez mais consciência da sua força e dos seus direitos. A crise do mundo capitalista conduziu milhões de homens para a luta pela conquista das suas reivindicações.

Na Europa capitalista, na Europa dos mo-

nopólios multinacionais, desenvolveram-se poderosas forças de paz e de progresso social. Neste continente, onde se defrontam forças antagonistas, criaram-se novas condições de luta para as massas populares.

Em Portugal, a política de Caetano provocou uma reacção cada vez mais consciente da parte da classe operária, das massas trabalhadoras, dos camponeses, dos jovens, das mulheres, dos intelectuais, e de outras camadas não monopolistas da população.

A classe operária

O desenvolvimento capitalista no nosso país ocasionou uma mais intensa exploração da classe operária. Os ritmos de produção intensificaram-se. O sistema de «prémios» é largamente aplicado nas empresas capitalistas. Em numerosos casos, o aumento da produção é devido, não à renovação do equipamento industrial, mas à intensificação do esforço físico dos operários.

O governo fascista congelou os salários por um período de 2 anos. Mas os preços dos géneros de grande consumo não cessa de aumentar. A jornada de trabalho aumenta pela introdução obrigatória de horas de trabalho suplementar. O sistema de multas é largamente aplicado. A tabela dos salários é das mais baixas da Europa.

Ante esta situação, como lutam os trabalhadores portugueses? Quais são os traços dominantes das suas lutas?

Primeiro que tudo, a unidade de acção. Esta unidade reforça-se e alarga-se à volta dos problemas concretos da luta reivindicativa susceptíveis de mobilizar largas massas.

O outro traço dominante é o espírito de iniciativa e de organização, da capacidade de acção.

As lutas desenvolvem-se à volta dos objectivos concretos imediatos mais prementes: aumento de salários, contra a vida cara, as más condições de trabalho e os ritmos infernais de produção, pelo pagamento do 13.º mês, contra a acrescida exploração da mão de obra feminina, pela igualdade de salários e de promoção, pelas reivindicações sociais

das mães trabalhadoras ao nível das empresas, contra as horas extraordinárias, contra as múltiplas formas de exploração da mão de obra juvenil, e muitos outros.

Entre as formas de luta mais largamente utilizadas pelos trabalhadores, citaremos as concentrações, as paralisações e as greves. O recurso à greve, sempre ilegal e severamente punida, tornou-se uma forma de luta corrente dos trabalhadores e trabalhadoras portugueses. Foi pela greve que recentemente os metalúrgicos, os operários têxteis, os bancários, os empregados das companhias de seguros, os motoristas, as operárias de confecções e da indústria de conservas de peixe, os operários da montagem de automóveis, os pescadores, as operárias agrícolas, impuseram as suas reivindicações.

Estas greves alargam-se muitas vezes a várias empresas do mesmo ramo de produção e tomam por vezes o carácter regional, como foi a recente greve vitoriosa de vários milhares de pescadores de toda a costa norte do país.

Importantes lutas reivindicativas têm tido lugar em empresas de capital estrangeiro. Estas lutas tomam um carácter abertamente anti-imperialista. Citemos um só exemplo: na empresa alemã GRUNDIG, as 2.000 operárias e operários ocuparam a fábrica, barricaram-se e durante 2 dias resistiram a toda a espécie de ameaças repressivas. Os directores alemães da empresa foram obrigados a dar satisfação total às reivindicações apresentadas.

As Comissões de Unidade, as Comissões de classe são organismos eleitos pelos operários para dirigir e articular a sua luta ao nível da empresa, quer à escala local, regional ou nacional.

O movimento sindical

No desenvolvimento da luta dos trabalhadores portugueses, um facto novo e de grande alcance deve ser assinalado: a existência, no seio da estrutura corporativa, dum movimento sindical independente, gozando do apoio activo de centenas de milhar de trabalhadores e que trava uma luta tenaz contra a

exploração capitalista e pela defesa dos seus interesses.

O movimento sindical baseia-se em Comissões sindicais, em delegados sindicais de empresas, em organismos de coordenação que articulam a actividade no plano inter-profissional ou nacional.



Este movimento impôs-se ao fascismo pelo largo apoio das massas laboriosas aos seus objectivos de luta, consegue fazer eleger para os Sindicatos ditos «Nacionais» direcções da confiança dos trabalhadores, consegue fazer discutir ali as condições colectivas de trabalho e aceitar os cadernos reivindicativos dos trabalhadores e chega a promover e realizar assembleias de vários milhares de trabalhadores para a defesa dos seus interesses.

O fascismo desencadeou as suas forças de repressão contra este poderoso movimento, mandou prender dirigentes, destituiu direcções livremente eleitas pelos trabalhadores. Mas o movimento sindical prossegue a sua actividade e o seu combate com sucesso.

Nas condições actuais, nós consideramos que as fábricas e outros locais de trabalho são o centro da luta reivindicativa dos trabalhadores. Mas atribuímos uma grande importância à actividade sindical.

Os camponeses

Nos últimos tempos, a luta dos camponeses toma um carácter cada vez mais abertamente anti-corporativo. Esta luta tem um interesse particular para o desenvolvimento da luta popular contra a ditadura.

Esta luta não tem ainda um carácter generalizado. Ela desenvolve-se em certas regiões onde a situação dos camponeses se tornou mais aguda. Numa região, mais de mil camponeses revoltam-se contra a espoliação das terras colectivas pertencentes à população de várias aldeias.

Noutras regiões, os camponeses juntam-se, em grande número, para protestar contra uma taxa imposta pelo governo sobre o vinho que eles produzem.

Numa outra região vinícola, eles recusam-se terminantemente a pagar essa taxa. Numa outra

região, os camponeses recusam-se ao pagamento da sua cotação compulsiva para o organismo corporativo onde são obrigados a estar associados.

Os produtores de leite opõem-se abertamente à medida do governo que determina a venda deste produto a um monopólio leiteiro.

Mil camponeses concentram-se junto do organismo corporativo numa pequena cidade para protestar contra a importação de carne congelada enquanto que a criação de gado da região se mantém sem protecção do governo.

Estas lutas tomam as formas de concentrações, de reuniões de centenas ou de milhares de camponeses junto dos organismos corporativos no campo. Pela sua firmeza, coragem e unidade, em vários casos os camponeses obrigam as autoridades fascistas a recuar e a fazer concessões.

A guerra colonial

A luta contra a guerra colonial tornou-se um objectivo fundamental das forças democráticas e das massas populares.

A guerra colonial significa a morte de milhares de jovens portugueses e milhares de mutilados.

A guerra colonial significa para o povo português a morte e mutilação de milhares de jovens, maiores impostos, a absorção de mais de 40% do orçamento do Estado; significa a inflação, o aumento vertiginoso dos preços, uma especulação desenfreada, a acrescida dependência do nosso país do poder dos monopólios, do imperialismo estrangeiro.

Um largo movimento de protesto contra a guerra colonial criou-se no nosso país e ganha cada dia novas formas atraindo novas energias para este combate.

Este largo movimento de massas exprime-se em comícios organizados pelas forças democráticas, em manifestações de rua, em greves e outras acções de protesto nas fábricas, nos bairros populares, nas universidades, no campo. Todas as manifestações populares ou da juventude inscrevem nas suas palavras de ordem, e em primeiro plano, a luta contra a guerra colonial.

Tarjetas, inscrições, cartazes, folhas volantes, jornais clandestinos, largamente difundidos por

toda a parte apelam para a luta contra a guerra colonial, denunciando os objectivos de opressão dos colonialistas portugueses.

250.000 jovens portugueses já se recusaram a participar na guerra, desertam, abandonam o país.

Mas, nos quartéis, os actos de resistência, de protesto, de insubordinação dos soldados e jovens oficiais contra a guerra colonial e o regime fascista tomam nova amplitude. Tarjetas e jornais clandestinos são aí largamente distribuídos.

A proclamação da República da Guiné-Bissau foi saudada com entusiasmo pelas massas populares.

Um factor importante da luta contra a guerra colonial e do domínio colonialista é a tomada de posição nitidamente anticolonialista do Movimento Democrático, preconizando sem rodeios o direito dos povos das colónias portuguesas à autodeterminação e à independência e lutando consequentemente por estes objectivos.

A estas lutas e manifestações de massas contra a guerra colonial devemos juntar uma outra forma de luta que surgiu em 1970 na cena política em Portugal. Trata-se das acções armadas da ARA — Acção Revolucionária Armada — contra a máquina de guerra colonial.

A unidade das forças democráticas

Conforme acentua o P.C.P. no seu Programa «O campesinato (pequenos e médios camponeses), a pequena burguesia urbana, sectores da média burguesia são aliados do proletariado na luta contra a ditadura fascista e pela instauração dum regime democrático».

No domínio político, as alianças da classe operária têm a sua expressão válida na unidade das forças antifascistas, ou seja das correntes democráticas chamadas a participar na luta comum contra a ditadura.

O Movimento Democrático é a expressão desta aliança. Trata-se, na realidade, duma frente de luta aberta a todos aqueles que se querem bater contra o fascismo, Comunistas, socialistas, ca-

tólicos e outros antifascistas estão aí integrados. O Movimento Democrático está assente em estruturas flexíveis, semi-legais, tendo em conta as particularidades regionais.

O Movimento Democrático desenvolve a sua actividade na base dum programa mínimo por objectivos concretos e imediatos: luta pelas liberdades democráticas, contra a repressão, pela defesa dos interesses das massas populares, contra a guerra colonial e pelo direito dos povos à independência imediata e completa, contra o imperialismo e o poder dos monopólios.

No mês de Outubro último, o Movimento Democrático apresentou candidatos para as «elei-

ções» para a Assembleia Nacional fascista. Ele não tinha ilusões sobre esta farsa. Mas quis aproveitar tal período para desencadear uma larga agitação de massas em que pôde atacar sem reservas a política fascista e a dominação colonial, dirigindo ao mesmo tempo os objectivos do Movimento, mobilizando centenas de milhares de portugueses nesta grande batalha política.

No quadro duma ditadura fascista, a acção do Movimento Democrático é uma prova da sua força política, da sua confiança nas massas populares e na unidade antifascista, da sua confiança na justiça das suas concepções táticas. A uni-

dade das forças democráticas concretiza-se também noutras formas de organização e de acção à volta de movimentos específicos: o Movimento de Socorro aos Presos Políticos; a luta pela coope-
ração e a Segurança Europeia; a luta contra a vide cara; a luta pela liberdade de expressão, pelo direito à informação e contra a censura. A luta em volta das cooperativas; a luta por reivindicações locais. A solidariedade ao Vietnam foi igualmente um novo e justo motivo de luta antifascista que conta sucessos notáveis.

A juventude, os intelectuais e as mulheres

Os jovens trabalhadores participam activamente na luta democrática e popular. Ao mesmo tempo eles integram-se na luta na empresa e no sindicato, contra a exploração e pela conquista dos seus direitos. São elementos activos e dedicados na luta pela Democracia, contra a guerra colonial e a repressão.

Os estudantes portugueses dão uma contribuição valiosa à batalha das forças democráticas contra o fascismo, dando provas de grande cora-

gem. A universidade portuguesa e outros estabelecimentos escolares têm sido e continuam a ser teatro de importantes lutas políticas contra a ditadura e contra a guerra colonial.

Aos intelectuais portugueses cabe o grande mérito duma actividade cultural progressista, criadora que honra as grandes tradições da cultura portuguesa. Eles participam na luta comum pela democracia e pela paz.

As mulheres portuguesas participam activamente no combate antifascista e pela paz. Lutam nas fábricas e nos campos, alcançando importantes sucessos. Lutam em defesa da criança e pela conquista dos seus direitos.

A via para a libertação de Portugal

O derrubamento da ditadura fascista é uma tarefa difícil. Não se pode vencer um tal regime sem pôr em movimento, sem atrair para a luta as massas populares, única força capaz de o enfrentar e de o derrubar.

A tarefa fundamental do momento continua a ser a mobilização popular, a organização e desencadeamento de poderosas acções de massas, como condições prévias para o combate final,

para o assalto definitivo ao poder.

Durante estes dias sombrios e prolongados da ditadura fascista em Portugal, a classe operária, o povo português têm podido avaliar e sentir o valor da solidariedade internacionalista.

Os monopólios multinacionais dão-se as mãos à escala da Europa e do mundo. Nós devemos fazer melhor tendo em vista o alcance da nossa luta, o valor real do nosso ideal internacionalista.

Colóquio dos PC dos países capitalistas da Europa

SOBRE OS PROBLEMAS DA EMIGRAÇÃO

(INTERVENÇÃO DE MÁRIO PINTO)

Nos países capitalistas europeus, assumem proporções cada vez maiores e revestem-se de importância crescente os problemas da imigração e da emigração. Por um lado, há países onde trabalham alguns milhões de estrangeiros. Por outro lado, há países donde saíram muitas centenas de milhares de trabalhadores.

Tal como no caso particular de cada país capitalista, em que o desenvolvimento económico desigual das diversas regiões provoca o deslocamento das populações para as regiões mais adiantadas e o consequente despovoamento das regiões mais atrasadas, aprofundando a diferença entre as diferentes regiões, — também dentro da Europa capitalista o desenvolvimento económico desigual dos vários países origina a ida maciça de trabalhadores para os países mais desenvolvi-

dos, provoca a hemorragia de homens nos países menos desenvolvidos e cava ainda mais o fosso que separa esses países.

Portugal é um país de emigração, um dos países que tem servido de reserva de mão-de-obra barata aos países imperialistas.

No período de 12 anos compreendido entre 1961 e 1972, saíram da sua pátria cerca de 1.257.000 portugueses, 847.000 dos quais (ou seja 67%) foram para a França e 97.000 (ou seja 8%) para a Alemanha Federal. O que representa a saída de 1.257.000 pessoas, num país como o nosso, é fácil de ver se se souber que os saldos fisiológicos durante esse mesmo período foram de 1.247.000, inferiores pois ao número de emigrantes. Não é pois de admirar que Portugal tivesse sido o único país da Europa a acusar um decréscimo de

população entre 1960 e 1970. Este decréscimo, que tem sido constante a partir de 1965, atingiu o número negativo record de 95.469 em 1970, ano em que o número de emigrantes (173.267) ultrapassou o dobro do saldo fisiológico (79.798)!

A emigração portuguesa é, evidentemente, resultado da situação económica, social e política do país.

Portugal é o país da Europa que tem a mais baixa capitação do Produto Nacional — 700 dólares em 1970. Portugal é o país da Europa que ocupa o último lugar, seja quanto ao desenvolvimento industrial, seja quanto ao desenvolvimento agrícola.

Os portugueses são os europeus que pior se alimentam, comendo menos de metade do que se come de carne, peixe, ovos, lacticínios, na maioria dos outros países capitalistas da Europa. Os portugueses são os europeus que pior alojados se encontram, não dispondo a maior parte deles de instalações sanitárias, de água canalizada, de electricidade, de rede de esgotos. Os portugueses são os europeus que menos possibilidades têm de estudar, e de cultivar, sendo as despesas do Estado com o ensino (em relação ao Produto Nacional) as menores de toda a Europa.

Em Portugal, o povo, os trabalhadores, estão há 47 anos privados dos mais elementares direitos sindicais e políticos.

Ao atraso, à miséria, à opressão, um outro factor, desde 1961, se veio juntar e fortemente influir no aumento do caudal da corrente emigratória. Foi o desencadeamento das guerras coloniais, das criminosas guerras que o governo fascista conduz contra os povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. Cada ano, milhares de jovens recusam-se a ir para África e emigram.

É essa uma das razões do peso dos jovens na emigração (um quinto dos que emigram, legalmente de 1961 a 1972) e é, sobretudo, uma das razões da importância da emigração clandestina (cerca de dois quintos do total da emigração nesses doze anos). Factor de atraso do desenvolvimento económico e social do país, a guerra colonial é igualmente uma das razões da subida em flecha do número de emigrantes, número que passou de uma média anual de 34 mil nos anos 50 para uma média anual de 86 mil nos anos 60, tendo subido de 32 mil em 1960 para 173 mil em 1970

A emigração portuguesa está efectivamente a atingir proporções de autêntica hemorragia. Deixou de se circunscrever a algumas regiões para alastrar a todas, incluindo as mais evoluídas, cabendo aos cinco distritos onde está praticamente concentrada a indústria, 45 por cento dos emi-

grantes legais (de Portugal continental) de 1961 a 1962.

Deixou de corresponder fundamentalmente a trabalhadores rurais, para englobar em medida crescente operários industriais, os quais foram 40 por cento dos trabalhadores que partiram legalmente para o estrangeiro nesses mesmos doze anos.

Deixou de ser uma «solução» (à moda fascista) do problema do desemprego e subemprego, para se tornar um obstáculo ao próprio crescimento económico do país. Segundo declarações oficiais, caso o desenvolvimento atingisse os 9 por cento ao ano (o que não era muito para um país atrasado como Portugal e como os técnicos oficiais chegaram a planejar) não haveria mão-de-obra suficiente. Assim, no novo Plano de Fomento (para os anos 1974-1979), a taxa de crescimento do produto interno foi fixado em 7,5 por cento, isto é, foi decidida em função de uma estacionaridade do emprego global.

Quer dizer, o governo fascista sacrifica ciente do desenvolvimento económico nacional à manutenção do tráfico de mão-de-obra emigrada, segundo os interesses dos países imperialistas da Europa. Este facto, só por si, mostra a que ponto os fascistas portugueses são capazes de se atolar na sua política de traição nacional, de submissão aos monopólios e ao imperialismo. A este respeito, as perspectivas são sombrias, tanto mais que uma diminuição progressiva da população já está prevista. A população activa portuguesa, que contava 3.227,8 mil pessoas em 1960, reduziu-se a 3.221,8 mil (menos 1,9%) em 1970 e só representará 2.991 mil pessoas em 1975 e 2.830,5 em 1980. Tendo em conta o peso considerável dos grupos de idade inferior a 40 anos no conjunto da emigração (81,5% dos emigrantes legais tinham menos de 40 anos no período de 11 anos compreendido entre 1962 e 1972), facilmente se podem avaliar as graves consequências que este envelhecimento da população activa acarretará para o futuro do país.

Pode, pois, dizer-se que o atraso cada vez maior de Portugal em relação aos outros países capitalistas europeus é ao mesmo tempo causa e consequência da emigração.

O progresso do país não é o que interessa aos fascistas. Assim como o desemprego apenas os preocupou na medida em que é gerador de graves conflitos sociais, também o despovoamento do país apenas os inquietou na medida em que, diminuindo o exército de reserva, cria condições mais favoráveis à classe operária portuguesa para se lançar na luta (e tem-se lançado) a fim de conquistar (e tem conquistado) maiores salários e outras regalias.

Por outro lado, a emigração tornou-se indispensável à política fascista, tornou-se o principal meio de o governo equilibrar a balança de pagamentos. Em 1972, as remessas enviadas pelos emigrantes às suas famílias já subiam a 22 milhões de contos, já chegavam para cobrir o déficit astronómico da balança comercial.

Por tudo isto, em 1971 (depois de um ano em que saíram do país mais de 170 mil portugueses, dos quais perto de 130.000 para a França, dos quais 107 mil clandestinamente), o governo português entrou em negociações com o governo francês. Delas saiu o Acordo assinado em julho desse ano, segundo a qual se suprime a regularização dos emigrantes clandestinos, se contingenta em 65.000 o número anual de trabalhadores portugueses a ir para França e se estabelece que a selecção dos emigrantes é feita em Lisboa, pelo Secretariado Nacional da Emigração, de acordo com um quadro orientativo (tableau de bord) fornecido pelas autoridades francesas e do qual constam indicações precisas sobre o número de ofertas de emprego, a sua natureza e as condições salariais. Pretende-se, pois, instaurar uma emigração dita organizada em que são as autoridades fascistas portuguesas que escolhem os emigrantes e em que é ainda a Portugal que o patronato francês impõe as suas condições.

Se a emigração tinha sido, para os fascistas, uma válvula de escape da pressão social acumulada e um meio de equilibrar a balança de pagamentos, com a emigração controlada procuram travar o número de refractários e desertores e assegurar mão-de-obra a baixo preço para os monopólios portugueses e para os monopólios estrangeiros instalados em Portugal.

Ao mesmo tempo, e ainda para responder às necessidades capitalistas de mão-de-obra barata, uma outra «solução» fascista, a que se poderia chamar imigração controlada, foi posta em prática: o recrutamento de mão-de-obra africana. Desta forma, Portugal, país atrasado e exportador de mão-de-obra, em virtude da política colonialista e de guerra do governo fascista, tornou-se também, ainda que em pequena escala, um país importador de mão-de-obra super-explorada. O número de cabo-verdeanos que trabalham em Portugal totaliza já algumas dezenas de milhar. Tal como nos países capitalistas europeus mais evoluídos, toda a espécie de discriminações atinge os trabalhadores africanos imigrados em relação aos trabalhadores nacionais. Eles estão sujeitos a uma exploração feroz, realizando os trabalhos mais penosos e insalubres. São alojados em condições indignas dum ser humano, mal-alimentados e sem nenhuma lei para os defender. Só podem contar com a sua luta e com a solidariedade dos trabalhadores portu-

gueses. Segundo as consignas do Partido Comunista Português, esta solidariedade já se manifesta de maneira constante. Os trabalhadores africanos tomam o caminho da luta e alguns frutos dessa luta têm sido colhidos.

A traída por condições ideais de super-exploração dos trabalhadores e de super-lucros, a corrida dos capitais estrangeiros para o nosso país toma o aspecto de verdadeira colonização. Só nos quatro anos de governo de M. Caetano, os investimentos estrangeiros em Portugal quadruplicaram. No entanto, já em 1968, cerca de 600 sociedades ditas portuguesas eram dominadas por capitais estrangeiros pagando salários de 3 a 6 vezes inferiores aos que eram praticados então nos seus países. Os recursos nacionais são submetidos a uma pilhagem desenfreada. Os capitais estrangeiros dominam em quase todos os principais sectores da economia portuguesa. Agravam o atraso económico do país. Põem seriamente em perigo a independência nacional da nossa Pátria.

Os trabalhadores portugueses tornam-se cada vez mais conscientes desta situação. Recentemente, por ocasião da farsa eleitoral fascista para deputados à Assembleia Nacional (transformada em grande campanha política de massas pela liberdade, pelo fim da guerra colonial, por uma vida melhor, tal como o Partido Comunista Português tinha preconizado), foi sobretudo em grande número de sociedades multinacionais que eclodiu uma vaga de greves e de outras acções operárias. Cerca de 20.000 trabalhadores (entre os quais grande número de mulheres) participaram nessas lutas arrancando a satisfação de importantes reivindicações ao patronato.

Nas difíceis condições da clandestinidade, o Partido Comunista Português defende uma política de progresso social e de independência nacional, única capaz de estancar a hemorragia emigratória e de permitir o regresso dos emigrantes portugueses à sua Pátria. Esta política, que preconiza a liquidação do poder dos monopólios, exige o derrubamento da ditadura fascista e a instauração das liberdades democráticas como condições prévias e essenciais.

O Partido Comunista Português considera também que os emigrados portugueses, impedidos pela política antipopular e antinacional do regime fascista a abandonar a terra onde nasceram, não podem ser estranhos a esta política. Pelo contrário, eles devem fazer ouvir a sua voz sobre os destinos e a política do seu país.

Por este motivo, tendo no mais alto apreço a ajuda internacionalista que recebe constan-



temente neste domínio dos outros Partidos irmãos e sindicatos progressistas da Europa, o Partido Comunista Português não pode renunciar ao trabalho político entre os emigrados portugueses a fim de os ganhar para a luta antifascista, para fazer triunfar a causa da democracia e da liberdade em Portugal.

Fugindo à miséria do seu país, os trabalhadores emigrados, como se sabe, não escapam à exploração capitalista e são mantidos numa situação de desigualdade gritante em relação aos outros trabalhadores.

Lutando para que os emigrados portugueses tenham os mesmos direitos que os trabalhadores dos países de imigração, o Partido Comunista Português chama ao mesmo tempo os trabalhadores portugueses emigrados à luta unida, lado a lado com os trabalhadores desses países, contra a exploração capitalista.

Graças à acção conjunta dos partidos comunistas e dos sindicatos dos países capitalistas e à participação na luta crescente dos trabalhadores emigrados, quer ao lado dos outros trabalhadores, quer em seu próprio nome, a sorte dos trabalhadores emigrados melhorou um pouco, designadamente em matéria de salários, de seguros sociais, de alojamento. Todavia, muito resta a fazer, sobretudo neste momento preciso em que uma forte agravção da crise geral do capitalismo faz pender graves ameaças sobre os trabalhadores em geral e sobre os emigrados em particular.

Com efeito, na actual conjuntura económica, como sempre, as classes dominantes fazem tudo para fazer cair sobre os ombros dos trabalhadores todas as consequências da agrava-

ção das crises económicas inter-imperialistas. O desemprego não é apenas uma ameaça. A pretexto da crise do petróleo, os principais países capitalistas anunciam despedimentos em massa em grande número de sectores económicos. Na República Federal Alemã, um milhão e meio de trabalhadores emigrados correm o risco de ser reenviados para os seus países de um momento para o outro. Em França, medidas drásticas começam a ser tomadas a respeito dos emigrados.

Coincidindo com um período em que a recessão económica já se manifesta em numerosos sectores e em que a luta operária toma mais vigor e amplitude, em certos países capitalistas da Europa uma vergonhosa vaga chauvinista e racista está no auge. Os atentados e os assassinatos racistas sucedem-se. Executados por bandos fascistas e sob a benevolência dos governos da grande burguesia dominante, os seus autores ficam ao abrigo da justiça e do castigo. Os militantes sindicais emigrados, constantemente submetidos a represálias do patronato, são vítimas de toda a espécie de provocações e perseguições racistas. Aterrorizar os emigrados, paralizá-los para melhor os explorar, tal é o fim de tal campanha.

Os partidos comunistas e os sindicatos não podem subestimar todos os perigos que tal situação comporta não só para os trabalhadores emigrados, mas também para a classe operária e para todos os trabalhadores dos países capitalistas da Europa no seu conjunto.

Pelo seu lado, o Partido Comunista Português está pronto a dar a sua participação activa às novas tarefas que a presente situação põe na ordem do dia.

Colóquio dos PC dos países capitalistas da Europa

SOBRE A CRISE MONETÁRIA INTERNACIONAL

(INTERVENÇÃO DE M. CARDOSO)

Há seis anos a libra era desvalorizada. De então para cá as paridades das moedas dos países capitalistas não mais conheceram a estabilidade.

Expressão da crise do sistema capitalista, — a crise monetária internacional é mais uma prova de que «o capitalismo monopolista de Estado, a internacionalização do capital, a sua integração económica e política — como afirmava no seu documento de Julho passado o CC do PCP — são impotentes para eliminar os males crónicos do sistema e, entrelaçando ainda mais as suas contradições económicas,

sociais e políticas, aprofundam a crise geral do capitalismo».

Resultado da crise das moedas de reserva, do déficit permanente da balança de pagamentos americana e da acumulação das dívidas externas dos Estados Unidos, — a crise monetária internacional traduz as dificuldades crescentes do mundo capitalista, da sua política orientada pelo lucro, baseada na exploração dos trabalhadores e na exploração de outros países; exprime a desigualdade de desenvolvimento das potências imperialistas, o agravamento das contradições entre elas, o desen-

cadeamento de uma autêntica guerra comercial. Dessa guerra, porém, quem paga o custo são os trabalhadores. E quem nela tem logo de capitular são os países dominados pelo imperialismo.

Portugal é um país dominado pelo imperialismo, um país que vem na cauda dos países europeus. O seu produto nacional bruto por habitante era, em 1970, de 700 dólares.

A sua agricultura e a sua pecuária, atrasadas, não são capazes de satisfazer as necessidades dos portugueses, tendo o país de recorrer, em cada ano, a importações maciças de produtos alimentares, designadamente de cereais e de carne. A sua indústria, incipiente, está reflectida em capitações das mais baixas da Europa, seja quanto à produção ou ao consumo de electricidade, como quanto à produção ou ao consumo de derivados de petróleo, seja quanto à produção ou ao consumo de aço, como quanto à produção ou ao consumo de cimento. O seu comércio externo, totalmente dependente dos países capitalistas altamente desenvolvidos, é fortemente deficitário, representando o déficit 11 a 12 por cento do produto nacional bruto, sendo a taxa de cobertura das importações pelas exportações inferior a 60 por cento.

Paradoxalmente a balança de pagamentos de Portugal é positiva. Devido a isso o país tem aumentado as suas reservas em ouro e em divisas estrangeiras, reservas essas que de 1967 a 1972 (em plena crise monetária) quase duplicaram, reservas essas que em 1972 atingiam mais de dois mil milhões de dólares. Todavia os excedentes da balança de pagamentos de Portugal não exprimem força, mas sim fraqueza, não revelam independência, mas sim dependência, não reflectem progresso, mas sim atraso. Tais excedentes da balança de pagamentos são conseguidos através das remessas que os emigrantes enviam de França e de outros países para as suas famílias (as quais já chegam para cobrir os déficits enormes da balança comercial), através das receitas do turismo e das entradas de capital estrangeiro, e através da exploração colonial.

Mas, se o escudo no meio das perturbações monetárias se manteve relativamente estável (tendo apenas sofrido uma desvalorização de 2,8 por cento, em relação ao ouro, em Dezembro de 1971, quando da primeira desvalorização do dólar; e uma desvalorização de 3,6 por cento, também em relação ao ouro, em Fevereiro deste ano, quando da segunda desvalorização do dólar), se a crise do sistema monetário capitalista internacional não teve efeitos muito sensíveis sobre as finanças portuguesas, — ela fez-se sentir (e pesadamente) na economia do país e, consequentemente, na vida dos trabalhadores.

Um desses efeitos foram as novas dificuldades de mercados para as mercadorias portuguesas e, daí, novas dificuldades para a produção industrial portuguesa que o governo fascista e os grupos monopolistas colocaram na total dependência dos mercados externos, pois o mercado interno ou seja, o poder de compra dos portugueses não aumenta. Dado que a Grã Bretanha é o principal comprador das mercadorias portuguesas e os Estados Unidos o segundo — a desvalorização da libra e a crise do dólar, acompanhadas de medidas proteccionistas decretadas nesses dois países e acompanhadas da desvalorização de muitas outras moedas, levantaram problemas em diversos ramos industriais. Para a indústria têxtil (a quem cabe perto de um terço das vendas de Portugal no estrangeiro e que depende fundamentalmente dos mercados britânico, sueco e norte-americano) os acontecimentos monetários mencionados contribuíram para o agravamento da crise que então alastrava nesta indústria e que levou ao encerramento de um grande número de fábricas do sector algodoeiro e ao despedimento de milhares de operários. Basta ver como de 1968 a 1970 as exportações para a Grã-Bretanha conheceram um abrandamento, como as exportações de têxteis de algodão (para esse mesmo país e nesse mesmo período) sofreram uma certa quebra e como as exportações de têxteis para os Estados Unidos baixaram.

Um outro efeito da crise monetária internacional na economia portuguesa foi o encarecimento das importações, importações de que Portugal não pode prescindir pois correspondem essencialmente a equipamento e outros produtos industriais indispensáveis, e a peças destinadas às fábricas de montagem de veículos, de material eléctrico e electrónico, etc. As revalorizações do marco, assim como as revalorizações do franco suíço e do iene japonês, já que a Alemanha Federal é o principal fornecedor de Portugal e que as compras efectuadas na Suíça e no Japão são consideráveis, provocaram o aumento do preço das importações, o qual foi repercutido nos preços ao consumidor e pago pelos trabalhadores. Por exemplo, de 1969 a 1972, o preço da tonelada das mercadorias importadas da Alemanha Federal duplicou.

Efeito da crise foi também o encarecimento dos empréstimos e créditos que o governo e os monopólios portugueses tinham contraído em países cuja moeda foi revalorizada. É o caso dos empréstimos oeste-alemães à Companhia Mineira do Lobito.

Efeito da crise monetária (devido às revalorizações em relação ao escudo de um grande número de moedas de países capitalistas de-



envolvidos) é ainda o acréscimo, registado estes últimos anos, de entradas de capital estrangeiro em Portugal, do controlo estrangeiro de empresas portuguesas, de implantações de filiais das grandes sociedades multinacionais. Com as revalorizações do marco, os capitais oeste-alemães encontram-se extraordinariamente beneficiados na sua exportação e grandes firmas multinacionais de origem oeste-alemã, designadamente a Hoechst e a Siemens, estão efectuando importantes investimentos em Portugal. A Hoechst possui já um grupo de seis sociedades industriais com um volume de negócios de 1 milhão e 800 mil contos que é o número três da indústria química e que manifestou interesse em tomar posição num complexo petroquímico. A Siemens possui já quatro fábricas de material eléctrico e electrónico (além do controlo de uma companhia de seguros) e ocupa uma posição importante neste ramo industrial. Ao mesmo tempo, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos prosseguem e intensificam os seus investimentos no nosso país. Assim, de 1970 a 1972, os investimentos estrangeiros em Portugal conheceram um acréscimo de 153 por cento, ou seja, multiplicaram-se por 2,5.

Congelando os salários e restringindo o mercado interno, colocando a produção na completa dependência dos mercados externos, limitando as trocas comerciais às trocas com os países imperialistas, favorecendo a implantação estrangeira em sectores-chave da economia nacional, o governo fascista serve os interesses dos grupos financeiros portugueses e estrangeiros (intimamente associados), mas não os de Portugal e do seu povo.

A taxa de câmbio da moeda portuguesa

pode (de momento) não estar a ser vítima de grandes abalos. Não obstante a inflação (a um dos ritmos mais elevados da Europa), a alta dos preços (que segundo as estatísticas oficiais foi em 1971 de 11,9% e em 1972 de 10,7%) cerceia o poder de compra da moeda (e dos trabalhadores) e faz diminuir a competitividade dos produtos portugueses nos mercados estrangeiros.

A balança de pagamentos pode (de momento) acusar excedentes, à custa dos emigrantes, dos turistas, e das importações de capital. Não obstante as finanças do país dependem de factores externos que escapam ao controlo de Portugal e que na sua maioria prejudicam o seu progresso.

O escudo pode (de momento) alicerçar-se em importantes reservas. Não obstante a economia nacional não tem alicerces. Tanto mais que a integração económica europeia forneceu aos países capitalistas desenvolvidos novos meios para imporem uma divisão internacional do trabalho em que a economia portuguesa fica inteiramente subordinada aos grupos monopolistas multinacionais e aos Estados imperialistas.

Uma finanças são e uma economia capaz de resistir às flutuações externas teriam de se apoiar numa política de desenvolvimento virada para a satisfação das necessidades do povo português e para o aproveitamento (em benefício dos portugueses), dos recursos e riquezas nacionais; numa política de desenvolvimento independente, verdadeiramente nacional; numa política de desenvolvimento anti-monopolista e anti-imperialista.

É por uma tal política que luta, nas mais difíceis condições, o Partido Comunista Português.

O PCP

na Conferência dos PC dos países capitalistas da Europa (Bruxelas 26-28 de Janeiro de 1974)

O PCP participou activamente na preparação da Conferência, designadamente na Comissão de Redacção (de que faziam parte todos os partidos que o desejassem) e em vários colóquios: sobre o «Conteúdo e formas novas de luta operária e popular na Europa capitalista», realizado em Roma em 26/28 de Novembro; sobre «A crise monetária internacional», realizado em Paris em 26/27 de Novembro; sobre «Os problemas de emigração», realizado em Essen (RFA) em 8-9 de Janeiro.

«O Militante» considerou de interesse publicar neste número, não só a intervenção do PCP feita na Conferência de Bruxelas, como (embora ligeiramente reduzidas) as intervenções feitas nos colóquios.

A delegação do PCP na Conferência era composta pelos camaradas Álvaro Cunhal, secretário geral do Partido, Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado, e Mário Pinto, colaborador do Comité Central.